

## **FIESP: Forma de ser de uma entidade burguesa de caráter prussiano – colonial<sup>1</sup>**

Anderson Deo<sup>2</sup>

### **Resumo**

O presente artigo procura analisar o posicionamento político-econômico da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo diante do processo de reestruturação do Estado Brasileiro na década de 1990, e a correspondente inserção do país na nova etapa de acumulação do capital. A principal entidade da fração industrial da burguesia brasileira elabora uma proposta para o “Brasil Moderno”, que se baseia no resgate dos pressupostos liberais como *conditio sine qua non* para o desenvolvimento econômico e social do país. Tais propostas fazem coro com as diretrizes dos organismos burgueses internacionais, explicitadas através do documento intitulado *Consenso de Washington*, e reafirmam a condição do país como economia periférica e subordinada aos pólos centrais do capitalismo mundial.

**Palavras-chave:** Estado, FIESP, burguesia internamente instalada, reestruturação econômica, privatizações.

*“Os problemas brasileiros de hoje, os fundamentais, pode-se dizer que já estavam definidos e postos em equação há 150 anos. E é da solução de muitos deles, para que nem sempre atentamos devidamente, que depende a de outros em que hoje nos esforçamos inutilmente”.*  
Caio Prado Júnior.

Os anos de 1990 marcam o início da reestruturação econômica do Brasil que levaria o país a se inserir no processo de Mundialização do Capital, através do resgate dos pressupostos liberais.

Depois de 29 anos, a nação voltaria a escolher, através das eleições diretas de 1989, o presidente da República. Aquele que fosse eleito herdaria uma economia estagnada e em frangalhos, submersa num profundo processo recessivo e inflacionário, cujo endividamento externo se agravava durante toda a década anterior.

O pleito daquele ano definiu que o responsável pelo comando da nação rumo à “modernidade” seria Fernando Collor de Melo. Em torno de sua candidatura, reuniram-se os setores mais conservadores e reacionários da sociedade brasileira – entre eles a FIESP –, cujo

---

<sup>1</sup> O presente trabalho compõe parte de minha dissertação de mestrado defendida junto ao programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UNESP – Marília em 2005, cujo título é *A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e as novas inflexões do capital na década de 1990*. Para o presente texto, algumas alterações foram necessárias.

<sup>2</sup> Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Fundação Santo André. Especialista em Sociologia e História do Trabalho pela mesma Instituição. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Marília (2005). Doutorando em Ciências Sociais pela mesma instituição.

projeto político-econômico vinha sendo elaborado a mais de uma década, sem, no entanto, apresentar qualquer aspecto de originalidade. Antes de tratarmos do contexto econômico-político brasileiro durante a década de 1990, analisemos diretamente a proposta da FIESP para a sociedade brasileira.

Em agosto de 1990 a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, comandada naquele momento pelo empresário Mário Amato, publica um documento que expõe de forma explícita o ideário da entidade e as propostas concretas que deveriam ser tomadas rumo à inserção do “Brasil moderno” na “nova ordem econômica do mundo”: Trata-se do livro intitulado *Livres para crescer – proposta para um Brasil moderno* (1990).

Elaborado por uma equipe de técnicos e consultores<sup>3</sup>, esse documento passa a ser a “cartilha político-econômica” da entidade na luta pelas mudanças que reivindicavam como necessárias e essenciais para o país.

Já na *Apresentação e na Introdução*, a FIESP (1990, p. 16) defende seus princípios fundamentais, quais sejam, a defesa da propriedade privada e da livre concorrência:

Aqui se faz uma opção: por um Brasil moderno, eficiente e competitivo, adulto e sem paternalismo; inserido no Primeiro Mundo, respeitando os valores fundamentais da comunidade internacional, que também são os nossos; por uma economia que funcione sob o regime de mercado, reconhecendo a função indelegável do Estado de coordenar a atividade econômica, mas respeitando as leis de mercado, a livre iniciativa e a liberdade de preços, tendo como prioritário o interesse do consumidor. Aqui se faz a opção pelo estado de direito, em que a lei não se ajusta ao líder político da ocasião, mas é a expressão dos princípios da sociedade, que só muda vagarosamente, com a sua transformação.

A primeira parte do livro – *Diagnóstico da economia brasileira* – refaz o itinerário econômico brasileiro desde o governo de Juscelino Kubitscheck, até àquele momento (1990), demonstrando os acertos e erros, bem como o esgotamento do modelo de desenvolvimento liderado pelo Estado.

Argumentam que a economia brasileira necessitou do Estado para planejar e impulsionar seu desenvolvimento durante o período 1950-1980, intervindo de todas as formas: proteção ao mercado interno, financiamento externo e crédito ao setor privado, investimento em infra-estrutura (inclusive as estatais), medidas estas que possibilitou, durante a década de 1970, a integração da economia brasileira aos fluxos internacionais de bens e de capital (Idem, p. 22 e 23).

---

<sup>3</sup> O livro teve a coordenação de Maria Helena Zockun, sendo a equipe de consultores formada por Antonio Evaristo Teixeira Lanzana, Carlo Alberto Longo, Celso Luiz Martone, Eduardo Gianetti da Fonseca, Guilherme Leite da Silva Dias, José Pastore e Simão David Zilber. Ana Maria Pastore Gondim exerceu a função de economista-assistente.

Ainda na primeira parte, é tratada a questão da abertura da economia em relação ao mercado externo. Argumentam que o modelo de uma economia “fortemente protegida” e fechada às transações do comércio internacional havia se esgotado, sendo este um dos fatores preponderantes do processo de crise de então. Decorrem daí, segundo o documento, alguns dos problemas mais graves de nosso quadro social. Apontam que o modelo desenvolvimentista havia produzido “distorções” enormes na “distribuição de renda”, aprofundado pela problemática do desemprego. Versa ainda, sobre o tema do crescimento populacional, bem como sua relação direta com a questão “distributiva”.

Toda a análise está impregnada pela ideologia liberal. Como é tradição no Brasil, ao se pronunciarem a respeito das questões sociais mais diversas, a burguesia internamente instalada imprime em seus discursos um tom paternalista e de grande benevolência para com a sociedade como um todo. Apesar da jocosidade de tais ponderações, estas tem uma razão de ser. Representam o projeto político-econômico de uma fração considerável da burguesia brasileira que, diante da revitalização do liberalismo, refletem e reafirmam a forma como a burguesia brasileira absorveu e colocou em prática tal matriz teórica, trazendo consigo determinações históricas que apontam para um liberalismo de viés prussiano-colonial (MAZZEO, 1989).

A partir da segunda parte do documento, os consultores da Fiesp passam a definir aquilo que afirmaram ser *Uma nova estratégia de desenvolvimento*.

Ao longo de três capítulos, discutem a definição do “novo” papel do Estado, a necessidade e vantagens da inserção da economia brasileira no mercado externo – via abertura de nossos mercados – e o contexto internacional que se expunha com a queda do Leste Europeu, a formação de blocos econômicos e o processo de Mundialização – que o documento denomina “globalização” – da economia capitalista.

Seguindo o ideário da Sociedade Mont Pelèrin<sup>4</sup>, defendem insistentemente, a menor participação possível do Estado na economia. Inicialmente, argumentam que seria ingenuidade e mesmo anacronismo, a defesa de um Estado minimalista – seguindo a ortodoxia do laissez-faire –, sendo que a postura teórica a ser seguida era a das Teorias Marginais (como se a segunda excluísse a primeira):

(...) convém deixar claro o que se entende por livre iniciativa e quais suas principais limitações. A livre iniciativa ou sistema de mercado, quando funciona

---

<sup>4</sup> Essa organização contava com a participação ativa de críticos históricos do New Deal norte-americano e do Estado de bem-estar europeu. Entre eles destacamos a importante presença de Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi e Salvador de Madariaga, além de Friedrich Hayek, fundador da entidade e autor daquele que viria a ser a “cartilha do neoliberalismo”, o livro *O caminho da servidão*.

competitivamente, gera uma distribuição eficiente de recursos e produtos. A distribuição eficiente de recursos decorre da equivalência entre a sua produtividade marginal e o seu custo. Também, numa solução eficiente, é impossível melhorar o bem-estar de um indivíduo (consumidor) sem penalizar o de outro; nesse caso, os preços dos produtos são iguais aos seus custos (marginais) de produção (FIESP, 1990, p. 106).

A função do Estado seria corrigir distorções, através da política fiscal e monetária, onde o orçamento é peça vital. A administração deveria passar por uma reestruturação, a começar pela redução drástica do número de funcionários. Segundo a FIESP, era (e ainda é) preciso adotar um “perfil administrativo” de empresa privada, no processo de comando da máquina pública. Este “perfil” resultaria num alto grau de produtividade, baixando sensivelmente os gastos do governo com as folhas de pagamentos, o que liberaria maiores montantes de recursos para o investimento em áreas sociais e de infra-estrutura, sendo estas outras funções da União, segundo o documento.

Um dos grandes problemas abordados pela FIESP é o da “má distribuição de renda” que o país enfrenta. Afirmam que tal problemática sempre suscitou “fortes emoções e muita demagogia populista”, sendo que “as emoções fortes não ajudam a pensar, e a demagogia não resolve o problema” (Idem, p. 106). Como o crescimento demográfico está intrinsecamente ligado à questão da “distribuição de renda”, apontam que a primeira providência a ser tomada é elaborar programas de planejamento familiar. Outro fator que alegam influir na renda é a má formação da mão de obra brasileira. O mercado vive da concorrência e respectiva competição que esta gera; as melhores posições (vagas/empregos) são ocupadas pelos trabalhadores mais qualificados; automaticamente, com o crescimento da população e com a depreciação do ensino no país, a força de trabalho nacional perde em qualidade; somente os qualificados alcançam o mercado de trabalho, contribuindo assim, para concentrar renda nas mãos de quem está empregado, enquanto a grande massa de trabalhadores vive com um grave “quadro de privação material”.

A ignorância e a baixa produtividade do trabalho são as principais causas do quadro de privação material em que vivem há séculos tantos brasileiros. Se essas causas não forem atacadas desde já – com o Estado concentrando esforços na formação de capital humano na população mais jovem e pobre e implementando uma política de planejamento familiar adequada –, jamais será quebrado o ciclo da pobreza e da incompetência (Ibidem, p. 112).

Cabe ao Estado, como afirmado na citação, interferir na sociedade politicamente (mas não no mercado) para minimizar ou dirimir tais questões. É próprio do pensamento liberal a tese implícita em tal afirmação: a lógica do mercado e as classes que constituem tal esfera social, nada tem haver com o nível de pobreza da população. Pelo contrário, esta é uma

questão de políticas públicas (para utilizar a expressão corrente na atualidade), cabendo única e exclusivamente ao Estado sua responsabilidade.<sup>5</sup>

Sendo assim, é necessário e imprescindível, uma reestruturação do Estado brasileiro, bem como de sua esfera de atuação, pois este se demonstrou ineficaz ao longo do processo de desenvolvimento do país. De acordo com a entidade, a iniciativa estatal ao longo desse processo atuou em três esferas: “a provisão de bens públicos e semi-públicos, a atividade empresarial e a regulação da atividade econômica”, sendo que em todas elas, respeitados os devidos contextos históricos, revelou-se extremamente incapaz.

No que diz respeito aos “bens públicos e semi-públicos”, a constatação é de que as esferas da justiça e da segurança pública são as únicas de atuação exclusiva do Estado. As outras como saúde, educação, previdência social, comunicação, etc, convivem com a participação (direta ou indiretamente) da iniciativa privada. Mais uma vez, evocam a “função social” do Estado de fornecer os recursos àqueles contingentes populacionais “menos favorecidos”. Precisamente nesse ponto, afirmam que a distribuição de renda deve ser feita através da alocação de recursos via impostos: “(...) Essas transferências podem e devem em geral ocorrer, isto é, a despesa pública deve ter um efeito redistribuidor de renda, sendo direcionada para os grupos mais carentes da sociedade” (Ibidem, p. 14).

Porém, isto não ocorre no país, segundo a análise do documento, devido ao fato de a iniciativa estatal não seguir os princípios apontados anteriormente. Apesar de afirmarem que o Estado deve gerir seus recursos com o objetivo de produzir os bens necessários às populações mais carentes, criticam a atuação estatal em todas as esferas sociais que o mesmo atua. Sempre comparando os níveis de produtividade e lucratividade da iniciativa estatal com o setor privado, passam a apontar todos os problemas que emperram a educação, as comunicações, os transportes, a saúde, entre tantos outros serviços públicos no país.

Criticam a criação e a manutenção de monopólios estatais, a gratuidade da educação e da saúde, o sistema de seguridade social, enfim, praticamente todas as áreas de atuação estatal. Contudo, ao apontarem as soluções para estes problemas, deixam claro sua tomada de posição em favor das propostas liberais:

As soluções terão que ser discutidas caso a caso, à luz dos critérios anunciados, podendo envolver: 1. “Privatização”, no sentido de participação privada na produção de bens “públicos”, quando viável; 2. Reformulação dos critérios de cobrança pela oferta de bens e serviços públicos, eliminando onde possível a gratuidade; 3. Requisito de níveis equivalentes de eficiência entre produção pública e privada de bens e serviços “públicos”; 4. Descentralização de serviços onde

---

<sup>5</sup> Devemos nos lembrar que definições como “distribuição de renda” não contribuem de forma alguma para a explicação do problema, pois não explicitam a relação de exploração econômica sobre a classe trabalhadora, existente na forma de metabolismo social onde impera a lógica do Capital.

possível, aproximando “produtores” e “consumidores” e incrementando a fiscalização e a cobrança; 5. Liberdade de escolha do cidadão entre o mesmo serviço produzido pelo Estado e pela iniciativa privada, sempre que possível (Ibidem, p. 116).

A partir desses princípios, a crítica recai diretamente sobre a atuação empresarial estatal, ou o “Estado Empresário”.

Partindo da premissa que as empresas estatais são administradas a partir de critérios políticos, defendem que estas passem a atuar de acordo com as “leis de mercado”. No entanto, apontam que há impedimentos legais para que isso ocorra. O primeiro deles é o regime de monopólio que impera no país, nos setores onde estas empresas atuam. O segundo, que deriva diretamente do primeiro, seriam as barreiras existentes à entrada de capitais privados em tais setores. Um terceiro fator seria o fato de estas empresas possuírem linhas de financiamento especiais (privilégios) junto ao Tesouro Nacional, contribuindo para que estas nunca “quebrem” ou encerrem suas atividades. Em seguida, assinalam que a política de preços exercida por estes monopólios não possuem referências no mercado, estando as tarifas sempre abaixo de seus preços reais, o que, juntamente com os financiamentos subsidiados, contribuem para os enormes déficits orçamentários dessas corporações, bem como para o processo inflacionário, pois, segundo o documento “O monopólio estatal de emissão de moeda primária cria um incentivo quase irresistível para que o governo se financie com inflação” (Ibidem, p. 116).

Reafirmam a necessidade de reformas institucionais que possibilitem o fim dos monopólios estatais e abram o caminho para o processo de privatizações. O critério a ser seguido pelo Estado, como já afirmado anteriormente, é o da rentabilidade do setor privado:

Existem duas linhas complementares de ações para eliminar ou ao menos reduzir a ineficiência gerada na economia pelas empresas estatais. A primeira delas consiste em remover as distorções listadas (...), preservando as empresas como entidades públicas. A segunda consiste em privatizar, quando possível, ou simplesmente encerrar suas atividades, quando a privatização for impossível (Ibidem, p. 118).

No que diz respeito ao aspecto macroeconômico, defendem de forma intransigente a independência do Banco Central, alegando que somente desta feita seria “(...) possível realizar uma política monetária independente da política fiscal e das pressões políticas do governo, objetivando tão somente a estabilidade monetária da economia” (Ibidem, p. 305). É explícita a posição da FIESP em relação ao processo inflacionário que, até aquele momento, atingia a economia brasileira. Segundo a entidade, a estabilidade monetária deve ser uma meta a ser alcançada e mantida, como pressuposto de qualquer retomada do processo de desenvolvimento econômico do país.

Finalizando essa primeira parte propositiva, o documento define a linha de atuação que o Estado deve assumir, no que diz respeito ao seu caráter regulador. O princípio a ser seguido, nesse caso, é o seguinte: a regulamentação por parte da esfera estatal deve se justificar tanto na perspectiva econômica como social; tal regulamentação deve contribuir para a alocação dos recursos na economia.

Mais uma vez, a crítica recai sobre a atuação inibidora da ação reguladora do Estado brasileiro sobre a economia como um todo. O Estado é o responsável, segundo a FIESP, pela regulamentação das seguintes áreas da economia: relações econômicas internacionais (mercadorias, serviços e capitais); relações de trabalho; mercados financeiros e de capitais; políticas setoriais (indústria e agricultura principalmente); e preços, salários, taxas de juros e taxas de câmbio.

Apesar de genéricos, os caminhos apontados pelos autores do documento, levam sempre a questão da abertura do mercado interno à concorrência internacional, como forma de “modernizar” e inserir a economia brasileira em tal cenário econômico. Nesse sentido, é importante apontar que a presença do capital externo é (e sempre foi) muito bem vinda pelos líderes industriais representados pela entidade paulista.

Quando trata das relações de trabalho, bem como da questão salarial, são enfáticos ao apontar para a “livre negociação” entre Capital e Trabalho, bem como para o fim da indexação dos salários, como forma de garantia de aumento de produtividade e lucratividade para o capital (interno ou externo). Não existe nenhum pudor (e não haveria de existir – a questão não é moral) ao afirmarem a necessidade de reestruturação (leia-se precarização) das leis trabalhistas (Ibidem, p. 127-129).

Antes de continuarmos com a descrição das propostas da FIESP para o Brasil na década de 1990, faz-se necessário a análise daquilo que foi exposto até agora.

O período por nós analisado será dividido em duas fases: a primeira abrange o período entre início do governo Collor até o final do mandato de Itamar Franco; a segunda, refere-se aos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Collor assume a presidência da república em 15 de março de 1990. Já no dia seguinte, a então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, anuncia um pacote de medidas cujo objetivo principal era o de conter o processo inflacionário instalado no Brasil a mais de uma década: entra em vigor o *Plano Collor*.

Troca de moeda, novas regras para o reajuste dos salários, congelamento de preços, bloqueios de investimentos (poupança, conta corrente, overnight), suspensão de subsídios e aumento de impostos, foram as primeiras medidas encontradas pela nova equipe econômica

para estabilizar a economia e introduzir o país nos caminhos da “modernidade”. Aliás, foi com esse discurso que o então candidato Collor de Mello havia vencido as eleições; o “personagem” criado pela grande imprensa (e por todos os que o apoiavam) era o sinônimo do espírito “jovem” e “varonil” de que o país necessitava; um “verdadeiro herói” que iria “salvar” o povo brasileiro.

O então “caçador de marajás”, pseudônimo atribuído a Collor durante seu governo em Alagoas – devido ao desmantelamento de esquemas de funcionários fantasmas e de corrupção naquele Estado – coloca em prática o projeto político-econômico que sua candidatura representava: a inserção da economia brasileira no mercado internacional, a partir da revitalização dos pressupostos liberais. Importante ainda salientar que a FIESP fez parte do bloco político que apoiou o presidente eleito. A participação da entidade, através de suas lideranças foi decisiva. Basta lembrar que o presidente da FIESP, Mário Amato, chegou a afirmar que se o candidato da oposição – Luiz Inácio Lula da Silva – ganhasse a eleição, mais de 100 mil empresas deixariam o país, insinuando que esta candidatura possuía vieses socialistas, e que isso seria um sério risco para a iniciativa privada.

No entanto, o projeto que o governo Collor encarnava, orientou-se através de um documento que serviu de base para a reposição dos princípios do liberalismo econômico em toda a América Latina – e por isso mais amplo – denominado *O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos* (VÁRIOS, 1994).

Esse documento – cujo título original é “Latin American Adjustment: How Much Has Happened?” – foi o resultado final de um ciclo de debates realizados em 1989, na capital dos Estados Unidos, onde o tema central era a análise do processo de reformas econômicas que vinham sendo empreendidas – e que ainda estavam por ser executadas – na região como um todo. Participaram dessa plenária funcionários do governo norte-americano e das instituições do capital financeiro internacional ali instaladas, tais como o FMI, o BID e o Banco Mundial<sup>6</sup>.

Trata-se das diretrizes econômico-políticas que o capital imperialista indica como sendo essenciais para o saneamento dos processos de crise instalados nas economias da América Latina. O caminho a ser seguido pelos países da região é o da retomada dos pressupostos liberais: abertura ao capital internacional, reestruturação produtiva – para “fazer frente à concorrência externa”, além de aumentar o exército industrial de reservas – que envolve uma total redefinição do papel do Estado – as privatizações passam a ser imprescindíveis –, reformas monetárias e cambiais que possam manter a estabilidade da

---

<sup>6</sup> Paulo Nogueira Batista foi o responsável pela divulgação inicial desse documento. Deve-se a ele a nomenclatura “Consenso de Washington”.

moeda nacional e atrair capitais externos, reformas fiscais e tributárias que visem uma menor carga de impostos e, por fim, mas não menos importante, a desestruturação completa do movimento sindical, como garantia de estabilidade política e uma maior possibilidade de extração de mais-trabalho – através de reformas nas leis trabalhistas.

É a partir de Collor que tais pressupostos passam a ser colocados em prática, pois, desde o início, seu governo já acatara tais determinações. Prova disso são as reformas comerciais liberalizantes, o processo de privatizações das estatais e a liberdade cambial – cujo valor passa a ser determinado pelas necessidades do mercado –, incluídas em seu plano econômico.

A FIESP, como já afirmamos, apoiou de forma incondicional a aplicação dessas diretrizes. Se o *Consenso de Washington* se refere à totalidade do processo de reestruturação das economias latino-americanas, *Livres para crescer* expressa a forma particular de execução do mesmo no Brasil.

Essa é a verdadeira essência das propostas da FIESP. A crítica contundente à estrutura do Estado brasileiro, bem como de sua atuação na economia, estão em plena sintonia com as propostas das instituições financeiras internacionais. A burguesia brasileira ontogeneticamente subordinada aos pólos centrais do Capital, acata de forma irrestrita tais propostas. Como estratégia política – que envolve inclusive todo o marketing, via grande imprensa –, reivindica a autoria e a implementação de tal projeto, como sendo a única saída possível às contingências históricas, impostas pelo imperativo da “modernidade”<sup>7</sup>. É diante dessa constatação que afirmamos que não há originalidade no projeto da aliança liberal que se reafirma no poder em 1990. Paulo Nogueira Batista (1994, p. 101) contribui de forma precisa para essa constatação:

Tudo se passaria, portanto, como se as classes dirigentes latino-americanas (inclusive a Fiesp) se houvessem dado conta, espontaneamente, de que a gravíssima crise econômica que enfrentavam não tinha raízes externas (...) e se devia apenas a fatores internos, às equivocadas políticas nacionalistas que adotavam e às formas autoritárias de governo que praticavam. Assim, a solução residiria em reformas “neoliberais” apresentadas como propostas modernizadoras, contra o anacronismo de nossas estruturas econômicas e políticas.

---

<sup>7</sup> Na Parte IV de *Livres para crescer*, quando trata da “Viabilização da Política Proposta”, o documento deixa clara a estratégia de *marketing* a ser utilizada, o que nós podemos denominar de “medo educativo”. Este consiste num constante processo de crítica a estrutura estatal brasileira, em todas as esferas que, pela insistência na repetição, passam a ser tomadas como verdadeiras. Os grandes responsáveis pela situação de crise no Brasil seriam as estatais – os enormes “elefantes brancos” – e o funcionalismo público em geral, com seus enormes privilégios. Para que a situação mudasse era preciso reverter totalmente esse quadro, caso contrário, o país poderia se aprofundar num processo sem certeza de retorno. Através do **medo** se conquista popularidade: “(...) No entanto, precisaremos de muito mais. Isso é difícil de transmitir, mas será necessário enfatizar que todos (os trabalhadores) terão que trabalhar mais horas. Necessitaremos de uma reforma constitucional no capítulo dos direitos sociais. Isso só será possível se o **medo** for bem conscientizado pelo povo e, em especial, pela classe média (...)” (FIESP, 1990, p. 258).

No entanto, as reformas preconizadas pela FIESP passariam por um curto processo de arrefecimento. A partir das denúncias de corrupção contra Collor, a instabilidade passa a reinar no plano político nacional – principalmente com a instalação do processo de impeachment e com a eclosão do movimento “Fora Collor” –, fato este que colocaria obstáculos, momentâneos, no processo de reformas. O governo de Itamar Franco não alcançou grandes avanços nesse sentido. A passagem do político mineiro pelo Planalto Central teve uma outra finalidade: trazer de volta a estabilidade política e preparar o terreno para a eleição de seu sucessor. Só assim o projeto iniciado por Collor poderia ser retomado.

Para alcançar tais objetivos, Itamar compõe um governo que contou com os diversos blocos políticos presentes no país. Participaram dessa composição, políticos dos vários setores sociais – dos mais à direita aos na esquerda. O grande feito de seu governo foi a implantação do Plano Real, concebido pela equipe econômica comandada pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

O plano de estabilidade econômica surtiu os efeitos desejados na economia. O histórico processo inflacionário do país foi interrompido, e esse fator já foi o suficiente para que FHC fosse eleito em 1994, com grande maioria no pleito presidencial. Estavam criadas, então, as bases sociais e institucionais para a retomada do projeto iniciado pela gestão Collor. No entanto, a burguesia internamente instalada conseguiu grandes avanços nesse processo. Além da vitória nas urnas, o comando da nação estaria nas mãos de um renomado intelectual brasileiro, reconhecido internacionalmente e que tem na sua trajetória política a marca da luta pela democracia. À frente da presidência, Fernando Henrique foi o responsável pela reestruturação institucional que abriria definitivamente a economia brasileira ao capital financeiro internacional. O processo de Revisão Constitucional – previsto na Carta de 1988 – ganhou grande impulso durante o seu governo. Era preciso acabar com aquilo que foi denominado pela FIESP como as “restrições legais”, que mantinham o país dentro de um “corporativismo anacrônico”. A legislação precisava ser modificada para que o regime de monopólio fosse abolido, possibilitando o posterior processo de privatizações; a legislação que regia as relações entre Capital e Trabalho também emperrava o processo, pois se pautava no modelo “varguista” de desenvolvimento. Outras questões como a propriedade do subsolo brasileiro, a lei de patentes, que versa sobre a propriedade intelectual, as reservas de mercado em informática, entre tantas outras, estiveram na pauta de votação do Congresso Nacional a

partir de 1992, e, em grande medida, foram aprovadas de acordo com o estabelecido pela aliança política que apoiara FHC.<sup>8</sup>

O resultado não poderia ser outro: grandes fluxos de capitais, na forma de investimento externo direto, passam a penetrar na economia brasileira; o processo de privatizações se consolida; o movimento operário passa a sofrer derrotas exemplares em todo o território nacional. Enfim, a FIESP consegue retomar o projeto iniciado pelo governo Collor com uma grande vantagem, a habilidade política de um presidente que possuía grande popularidade.

Para se ter uma idéia da penetração do IED na economia brasileira, Reinaldo Gonçalves (1999, p. 14) nos fornece os seguintes argumentos:

O crescimento dos fluxos de investimento externo direto (IED) e o avanço das empresas de capital estrangeiro (ECE) na economia brasileira foram inusitados a partir de 1995. (...) Em 1995 o estoque de investimento externo direto no Brasil era de 43 bilhões de dólares, segundo o censo de capitais estrangeiros realizado pelo Banco Central do Brasil (Bacen, 1998), que envolveu 6.322 empresas com a participação estrangeira, sendo que 4.902 empresas com participação majoritária estrangeira. Nos três anos seguintes, o fluxo líquido acumulado de IED foi da ordem de 45 bilhões de dólares, isto é, o estoque de IED dobrou em três anos. Esses números significam, na realidade, que a razão estoque de IED/PIB cresceu de 6,3% em 1993 para 11,2% em 1998, ou seja, houve um aumento de 80% do grau de “desnacionalização” da economia brasileira no período 1995-98.

Parte desses investimentos foram aplicados na economia brasileira através do processo de privatizações. A postura que a FIESP assumiu nesse processo foi a de apoio incontestado ao fim do regime de monopólio e à privatização das estatais brasileiras.

Além das diretrizes apontadas pelo documento *Livres para crescer*, a entidade desencadeou uma intensa campanha publicitária através de periódicos próprios (*Revista da Indústria* e o periódico *Notícias*) e, principalmente, da grande imprensa escrita (revistas e jornais de grande circulação no país), para defender o projeto intitulado pelo governo de “desestatização”. Os argumentos utilizados foram os mais diversos: a inviabilidade econômica para o governo – e, portanto, para o contribuinte – da manutenção de tais empresas; a possibilidade da livre-concorrência, com o fim dos monopólios, o que provocaria uma queda de preços e uma melhoria na prestação de serviços; os privilégios que alguns setores, principalmente do funcionalismo público, desfrutavam; a comparação com experiências semelhantes de outros países (Inglaterra, Japão e Chile, principalmente) e os benefícios que estas poderiam trazer; os bem sucedidos exemplos que já haviam sido colocados em prática (a

---

<sup>8</sup> A título de esclarecimento, vale lembrar que a Revisão Constitucional se inicia em 1992, sendo completada durante o mandato de Fernando Henrique.

CSN, a USIMINAS e o regime de concessões das rodovias paulistas, são constantemente citados) como forma de intensificar o processo.

Mais uma vez, é importante ressaltar que a FIESP, em momento algum, faz restrições à entrada de capitais estrangeiros. Pelo contrário, são muito bem vindos. Essa é uma postura própria da burguesia brasileira, e sempre esteve presente na entidade paulista, desde seus primórdios.

Com relação ao movimento operário, este já vinha sofrendo duros golpes desde o final do governo de José Sarney. Apesar de a década de 1980 ter sido marcada por forte mobilização e relativas vitórias do sindicalismo no Brasil, no final desse governo os limites da forma legalizada da autocracia burguesa foram explicitados. Trata-se da greve de 1989 dos trabalhadores da então empresa estatal, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A estratégia de atuação do movimento foi a de ocupar a empresa como forma de pressionar o governo federal a atender suas reivindicações. Diante dessa postura dos trabalhadores, o presidente Sarney lança mão das antigas práticas de repressão do período da ditadura militar – do qual sempre foi um fiel signatário. O exército é acionado, invadindo as instalações e reprimindo duramente os trabalhadores. Além da repressão, que resultou na morte de um trabalhador, o conflito já assinalara qual seria a postura da burguesia brasileira diante de qualquer tentativa mais ousada do movimento sindical.

Seguindo o mesmo itinerário, Collor assume atacando frontalmente os funcionários públicos. Demissões sumárias passam a ser o principal expediente do novo governo (o caso dos 900 petroleiros demitidos no início do governo é apenas um de muitos exemplos). A reação dos trabalhadores veio através de novos movimentos grevistas. Apesar de a Constituição de 1988 garantir o direito de greve, as pendengas entre trabalhadores e governo passam a ser definidas pela justiça que, invariavelmente, decide em favor deste. Na iniciativa privada, essa lógica se repõe.

No entanto, outro duro golpe estaria por vir. Trata-se do último grande movimento grevista organizado pela classe trabalhadora no país, a greve dos petroleiros de 1995. Por se tratar de uma categoria de funcionários públicos organizada em nível nacional, num setor estratégico do país, esta greve, e seus respectivos resultados, serviu como um marco nas relações entre o Capital e o Trabalho organizado. Mais do que as reivindicações econômicas, o movimento questionava – ainda que com grande viés de espontaneísmo político – as veredas pelas quais o recém empossado governo conduzia a política econômica do país, qual seja, o projeto de reposição e revitalização do liberalismo – denominado genericamente pelos movimentos sociais na esquerda de “neoliberalismo”.

Para a burguesia internamente instalada, a vitória do governo era mais do que necessária, pois significaria a derrota completa do último grande foco de resistência do movimento sindical organizado. Após 32 dias de paralisações, os petroleiros além de não alcançar os objetivos desejados, voltaram ao trabalho desmoralizados politicamente, graças à intensa campanha publicitária desencadeada pelos setores mais conservadores de nossa sociedade. Essa derrota repercuti de forma negativa no movimento sindical até os dias de hoje, pois o “corretivo” aplicado sobre a categoria petroleira serviu (e serve) de exemplo para o conjunto dos trabalhadores. A partir desse movimento, reafirma-se, mais uma vez, os limites da autocracia burguesa, em sua forma legalizada, instalada no país. Qualquer movimento de contestação que ousasse questionar o projeto em andamento seria combatido com todas as forças, inclusive com baionetas, expediente este também utilizado por FHC na greve dos petroleiros<sup>9</sup>.

Transposta a última barreira – os trabalhadores e suas organizações sindicais – a aliança política representada por Fernando Henrique não encontrou nenhum outro obstáculo que pudesse comprometer a inserção do Brasil na “Era da Modernidade”.

Contudo, o conjunto de reformas deveria ser mais abrangente. Trata-se da desregulamentação econômica, através de modificações no sistema fiscal e monetário e da redefinição das atividades empresariais e reguladoras do Estado.

No que diz respeito à reforma fiscal, a postura da FIESP é clara: a excessiva carga tributária brasileira é o principal fator de retração da atividade produtiva. Segundo a entidade, o aumento na cobrança de impostos está intimamente ligado com as atividades empresariais do Estado. Partindo do pressuposto que as empresas estatais são deficitárias, e que o funcionalismo público absorve a maior parte do orçamento da União, argumentam que é preciso inverter essa lógica, que utiliza os recursos da arrecadação tributária para cobrir os “rombos” das estatais e remunerar os “privilegiados marajás” que ocupam o aparelho estatal nacional. Para tanto, indicam as seguintes diretrizes:

1. Descentralização da competência entre as esferas de Governo: a redistribuição de impostos entre as esferas de governo deve se pautar não pela desconcentração de receita, mas pela descentralização da competência de gerar e alocar recursos. (...)
2. Ampliação e reformulação da base do Imposto de Renda: para financiar seus gastos, a União deve ampliar e reformular a base do Imposto de Renda (IR), retendo para si ao menos 85% do produto de sua arrecadação. (...)
3. Extinção das contribuições parafiscais e simplificação do sistema tributário (...)
4. Aperfeiçoamento do processo orçamentário: é necessário consolidar o processo de

---

<sup>9</sup> Aqui se faz necessário um esclarecimento a respeito do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Estes são os únicos que ainda conservam uma crítica contumaz ao chamado “projeto neoliberal”, e representam hoje, o que há de mais organizado no núcleo da classe trabalhadora. No entanto, sua prática e atuação durante todos esses anos, não interferiram de forma significativa na postura e implementação do projeto liberal no país.

programação, avaliação e execução orçamentária da União. (...) 5. Redução das concessões constitucionais: os novos direitos e remunerações assegurados pela Constituição ao funcionalismo, aos aposentados e aos previdenciários são incompatíveis com a disponibilidade financeira da União – é preciso reduzir essas concessões. 6. Cortes da dependência de outras entidades em relação às finanças da União: as transferências às estatais teriam que ser limitadas ou até mesmo extintas (...). Além disso, é preciso cortar a dependência de bancos oficiais, de Tesouros estaduais e municipais e até das autoridades monetárias em relação às finanças da União. Cumpre, por isso rever encargos e obrigações financeiras dessas entidades, o que implica enxugamento de seus ativos e passivos para tornar suas contas transparentes e sua administração descentralizada (FIESP, 1990, p. 169, 170 e 171).

Apesar da generalidade de tais propostas, o que a Fiesp reivindica é uma menor carga tributária, como já afirmado acima, principalmente sobre os setores industriais que, segundo a entidade, sofrem com os altos impostos sobre a produção. Propõem ainda, uma ampliação da base tributária do Imposto de Renda, o que significa estender essa tributação a um maior número de trabalhadores assalariados, uma ampla reforma da previdência (tanto do setor público, como do privado) e a descentralização (municipalização) da captação dessas receitas.

Algumas das medidas propostas acima foram implementadas durante o governo FHC. Dentre elas destacamos a reforma da previdência no setor privado. Aprovadas pelo Congresso Nacional, as novas regras da aposentadoria aumentaram os anos de contribuição do trabalhador brasileiro. Com argumentos de que o “brasileiro trabalha pouco” e se aposenta no “auge” de sua produtividade, o governo conseguiu mais uma vitória, sem qualquer reação por parte dos trabalhadores. Novamente, utilizava-se da falácia de um “Brasil moderno”, que não poderia se pautar numa legislação tão antiga (CLT), e de outro momento histórico.

Em momento algum no documento, a Fiesp defende reformas que poderiam possibilitar um desenvolvimento autônomo – mesmo que relativo – da economia brasileira. Muito pelo contrário, ao analisarmos as propostas referentes à política econômica externa e ao setor agrícola brasileiro, a entidade reafirma o papel de subordinação de nossa economia aos grandes pólos do imperialismo capitalista. Vejamos alguns exemplos.

Quando o documento trata da *Política Econômica para o Setor Externo*, defendem que a abertura do mercado brasileiro é fundamental, pois, com a concorrência internacional, as empresas instaladas internamente seriam obrigadas a se modernizar, como forma de garantir sua sobrevivência. No entanto, essa liberalização deve ter como parâmetro a receptividade do comércio internacional em relação as nossas exportações, ou, “(...) Em outras palavras, a amplitude da liberalização será comandada pelo ritmo de crescimento das receitas de exportação (...)” (Idem, p. 198). Como o principal setor das exportações brasileiras é a agroindústria, o governo federal deve incentivar a produção através de reduções de impostos, créditos subsidiados e fim das barreiras à exportação. Reafirma-se portanto, uma das

características sempre presente no desenvolvimento econômico brasileiro: o setor agro-exportador como um dos pilares do desenvolvimento econômico nacional. A análise de Batista (1994, p. 101) demonstra bem o caráter de tal postura, da entidade paulista:

A proposta da FIESP inclui, entretanto, algo que o Consenso de Washington não explicita mas que está claro em documento do Banco Mundial de 1989, intitulado “Trade Policy in Brazil: the Case for Reform”. Aí se recomendava que a inserção internacional de nosso país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação. Vale dizer, o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil, às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como foi até 1950 (...).”

Talvez o único equívoco cometido por Batista é o excesso da “volta ao passado”, mesmo porque, como afirmamos acima, o setor exportador – principalmente a agricultura – sempre desempenhou um expressivo papel na economia interna. Chamamos a isto não de “volta ao passado”, mas sim de reposição e reafirmação da via prussiano-colonial de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, onde o *Sentido da Colonização*, apontado por Caio Prado (2000), é também reafirmado, sobre um novo patamar histórico. Esta, não se pauta apenas na exportação de produtos agrícolas – apesar de estes comporem, aproximadamente, 40% das receitas externas –, cujos rendimentos serviam para aquisição de produtos manufaturados no exterior. A lógica está pautada na exportação também de produtos industrializados, dado o grande grau de complexificação e diversificação que o parque industrial brasileiro alcançou nos últimos 20 anos. Um dos motivos que nos mantêm dependentes – como no passado – em relação aos pólos centrais do capitalismo mundial, é o fato de não produzirmos o conhecimento, a tecnologia necessária ao desenvolvimento industrial, os chamados bens de capital. É por esse motivo que o capital transnacional sempre foi muito bem vindo pela FIESP.

Essa característica é reafirmada ao definirem a posição que o capital estrangeiro deve ocupar no processo de reestruturação econômica:

As empresas multinacionais terão um papel importante a desempenhar em uma nova fase de crescimento da economia brasileira: elas representam importante elemento para a difusão tecnológica na indústria brasileira e um forte estímulo para o aumento da abertura econômica ao exterior, dado a propensão a exportar apresentado por essas empresas (FIESP, 1990, p. 206).

Importante notar que, as transnacionais internamente instaladas devem, segundo o documento, participar do “esforço exportador”, tão defendido por FHC, e levado a cabo pelo governo Lula<sup>10</sup>. Os dólares provenientes das exportações servem para remunerar o capital

---

<sup>10</sup> O período que compreende o governo Lula não se inclui em nossa pesquisa. No entanto, com relação às exportações, durante o ano de 2004 o Brasil bateu seu próprio recorde em valores exportados, chegando próximo

internamente instalado. Essa dependência deixa o Brasil extremamente vulnerável, pois qualquer abalo no mercado internacional pode significar queda nas exportações, desencadeando processos de crises internas. A saída então são os intermináveis empréstimos junto às agências internacionais, aumentando a dívida externa. Para agravar ainda mais tal situação, a posição sócio-subordinada de nossa economia no sistema financeiro internacional, traz mais problemas. O capital financeiro busca os mercados mais estáveis e garantias de maior rentabilidade, o que significa maiores taxas de juros e cotação cambial livre. À medida que o dólar ou os juros aumentam, aumenta também a dívida. Paga-se um preço muito alto para atrair e manter o capital financeiro no país. Em momento algum a FIESP e seus representados negam essa lógica, pelo contrário, reafirmam-na, como condição *sine qua non* para a retomada do desenvolvimento (Idem, p. 206, 207 e 208).

Ao longo desse artigo procuramos demonstrar como o Brasil se insere no atual processo de Mundialização do Capital. Percebemos que a reposição das propostas liberais no Brasil a partir da década de 1990 faz parte desse contexto como forma particular de rearticulação do sistema do Capital frente a crise estrutural que este enfrenta. A Fiesp, como interlocutora de importante fração da burguesia internamente instalada, procura viabilizar, através das propostas propugnadas em *Livres para crescer*, tal projeto de reestruturação. No Brasil, tal projeto se inicia com Collor. Após um atabalhado governo, este é impedido de continuar governando, sendo que seu vice, Itamar Franco, assume com a missão de recompor as forças políticas que iriam dar continuidade ao processo de reestruturação liberal no Brasil. Com a eleição, e os respectivos mandatos de FHC, os pressupostos liberais foram retomados e implantados com grande sucesso, reafirmando a posição de subordinação da economia brasileira na atual configuração da divisão internacional do capital.

O que notamos é que em momento algum, essa entidade procura romper com a característica ontogenética mais importante da classe que representa: a posição de subordinação frente ao capital imperialista.

## Referências

FIESP. *Livres para crescer: proposta para um Brasil moderno*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990.

---

ao valor de 100 bilhões de dólares, apesar desse montante representar apenas entre 1,0 e 1,5 % das transações comerciais internacionais. Desde de então, tais números só fizeram aumentar.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Ô Abre-Alas – A Nova Inserção do Brasil na Economia Mundial*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MAZZEO, A. C. *Estado e burguesia no Brasil – origens da autocracia burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

PRADO JR., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense/Publifolha, 2000.